



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO DE TRÂNSITO, TRANSPORTE E ATIVIDADE ECONÔMICA

PRESIDENTE: SENIVAL MOURA

TIPO DA REUNIÃO: Audiência Pública
LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo
DATA: 13 de Outubro de 2025

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Exibição de imagens

A SRA. PRESIDENTE (Renata Falzoni) – Bom dia a todas e a todos.

É um grande prazer começar esta semana com esta audiência pública.

Na qualidade de Presidente da Comissão de Trânsito, Transporte e Atividade Econômica, declaro abertos os trabalhos da 7ª Audiência Pública de 2025 para debater a revisão do Plano de Ação Climática do Município de São Paulo, o PlanClima, com foco em mobilidade urbana e transporte sustentável, nos termos do requerimento n.º 20/2025, de autoria da Vereadora Renata Falzoni, que vos fala.

Informo que esta reunião está sendo transmitida pelo portal da Câmara Municipal de São Paulo, no endereço saopaulo.sp.leg.br, no *link* Auditórios Online.

O convite para esta audiência pública vem sendo publicado no *Diário Oficial da Cidade* desde o dia 8 de outubro de 2025.

As inscrições para a participação *online* estiveram abertas no *site* da Câmara Municipal de São Paulo desde o dia 3 de outubro de 2025.

Também haverá inscrição para o público presente com a secretaria da Comissão por 15 minutos. Cada orador terá três minutos para se manifestar.

Foram convidados para esta audiência os titulares e suplentes das seguintes secretarias: Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana e Obras – Siurb, da qual está *on-line* o Sr. Rafael Alexandre do Nascimento; Secretaria Municipal de Habitação – Sehab, pergunto se há alguém aqui presente. Como é o nome do senhor? Marco Aurélio. O senhor quer pegar, por gentileza, um lugar? Pode se sentar, se quiser. Não está intimado, não precisa depor amarrado. Obrigada, Marco Aurélio. Da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Trabalho – SMDet, tem alguém presente aqui? (Pausa) Da Secretaria Municipal de Mobilidade e Trânsito – SMT? Felipe. Por gentileza, o senhor já pega um lugar aqui. Eu tenho aqui o seu nome completo, Felipe. Quem estará *on-line* conosco é o Sr. João Bonet, assessor da APPGG, responsável pela assessoria técnica da Secretaria Municipal de Mobilidade e Transportes – SMT.

Também como participantes que confirmaram a presença *on-line* estão o Sr. Marcelo Katsumi Imaizumi, assessor do Gabinete do Secretário Municipal de Mobilidade e Transportes –

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

REUNIÃO: 21428 DATA: 13/10/2025 FL: 2 DE 47

SMT; e o Sr. Rafael Mielnik, que é Arquiteto e Urbanista, da Assessoria Executiva da Secretaria Municipal de Mobilidade e Transportes – SMT. Da Agência Reguladora de Serviços Públicos do Município de São Paulo, SP Regula, entre os participantes *on-line* que confirmaram a presença, estão o Sr. Felipe Hoffman Paulino e o Sr. Valdecir Cristino Papazissis. Da Secretaria Executiva de Limpeza Urbana – SMSUB/SELIMP, está *on-line* a Sra Luciana Artilheiro. Da Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento – SMUL, Sarita Tobias de Andrade. Teria alguém da SELIMP aqui? Estão *on-line*, já falei. Sarita, onde a senhora sentará? Eu estou ocupando dois espaços aqui hoje, porque a minha perna está para cima.

Da Secretaria Municipal de Urbanismo – SMUL, já tem aqui.

Da Secretaria Executiva de Mudanças Climáticas – SECLIMA... Depois eu vou pedir para que o senhor se apresente com o nome completo. Como participantes que confirmaram a presença, a Sra. Ludmila de Amorim, que é Secretária Executiva em exercício de SECLIMA, e o Sr. José Mendes. Da Secretaria Municipal das Subprefeituras – SMSUB, o Sr. Ernesto Sumi, que ainda não está presente. Da Secretaria Municipal do Verde e Meio Ambiente – SVMA, temos alguém aqui? Da Secretaria Municipal da Saúde – SMS, o Sr. Gianluca Vergian. Vamos lá. Da Secretaria Municipal de Educação – SME, está presente a Sra. Fatima Cristina Abrão. Se não tiver mais lugar disponível, posso me espremer um pouquinho mais.

Aproveito para anunciar a presença da Vereadora Marina Bragante, da Rede, aqui no meu lado esquerdo, direito para os senhores.

Da Secretaria Executiva de Mobilidade e Trânsito – SEMTRA, confirmaram presença o Sr. André Luis Coentro de Almeida, que é assessor do gabinete da Secretaria Executiva de Mobilidade e Trânsito – SEMTRA, *on-line*, e o Sr. Felipe Lara Vogel, assessor da Secretaria Executiva de Mobilidade e Trânsito – SEMTRA, que já está na Mesa.

Aqui na Câmara, temos sempre que ter “cola” para saber o que fazer. Muito obrigada à equipe. Vamos em frente.

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

REUNIÃO: 21428 DATA: 13/10/2025 FL: 3 DE 47

Gostaria de iniciar esta audiência pública trazendo um panorama do processo de revisão do Plano de Ação Climática, o PlanClima, e colocá-los a par das minhas preocupações e do trabalho que o meu mandato vem realizando com a nossa equipe.

O primeiro PlanClima foi desenvolvido em 2020 e instituído em 2021; e teve pouquíssima participação social. Supomos que muito disso se deveu à pandemia, pois ele começou no auge da crise sanitária, quando a sociedade ainda estava se adaptando ao processo de participação *on-line* em conferências e encontros.

Neste momento, a revisão acontece sem as restrições da pandemia e em um cenário de pré-COP30, em que o debate sobre os desafios da agenda climática está pungente. Tínhamos, portanto, grande esperança de que a participação popular fosse relevante e de amplo alcance.

De início, vimos a criação de grupos de trabalho para auxiliar a SECLIMA nesse processo e, logo depois, a primeira minuta da revisão.

Quando tivemos acesso às metas de mobilização apresentadas, nossa reação inicial foi de profunda preocupação. Isso porque, quando falamos em enfrentar a emergência climática, a mobilidade urbana não é acessória; ela é um dos pilares centrais da estratégia de redução de emissões da cidade.

Essa redução de emissões estava pensada no PlanClima original de duas formas. Primeiro, pela substituição da matriz energética, com a troca de combustíveis fósseis por fontes limpas e renováveis; e, em segundo, pela migração modal, ou seja, incentivar as pessoas a deixar o transporte individual motorizado para aderir a modos ativos e coletivos de deslocamento.

Essas duas estratégias juntas formam a espinha dorsal de qualquer plano climático urbano. Não fomos nós que inventamos isso. É algo que vem sendo adotado em todas as cidades do mundo. É justamente por isso que causou tanta preocupação perceber que, na primeira minuta de revisão, essa abordagem simplesmente havia desaparecido, ao suprimir as metas de migração modal como um todo.

Diante disso, pedimos para participar dos grupos de trabalho temáticos. A equipe da SECLIMA aceitou, e aproveitou para agradecer-los por este trabalho conjunto que estamos fazendo com organizações como a ANTP, Ciclocidade, Cidadeapé, CCT e a Secretaria de Transportes Metropolitanos e Scipopulis.

Elaboramos uma proposta completa de atualização do texto original, focada, principalmente, na mobilidade urbana, que é o foco do nosso mandato. Essa proposta retoma e aprofunda as estratégias principais que comentei e as aprofunda, tendo sempre em mente que uma cidade do porte de São Paulo não pode se contentar em andar a reboque. Ela precisa dar o exemplo para as outras cidades do Brasil.

Aqui na Câmara, criamos e fazemos parte da Frente Parlamentar pelo Direito à Cidade Sustentável, com os gabinetes da Vereadora Marina Bragante, que está aqui do meu lado, e do Vereador Nabil Bonduki. Por meio dessa frente, e também com o objetivo de ampliar a escuta e fortalecer a participação social, acolhemos os grupos e as organizações que manifestaram insatisfação com a forma como esse processo de revisão do PlanClima vinha sendo conduzido.

Essa insatisfação resultou em um encontro técnico extremamente positivo na Câmara. Ouvimos propostas valiosas e consistentes, que merecem ser incorporadas a esta revisão, propostas estas que nós, dos três mandatos, iremos encaminhar à SECLIMA no início da semana que vem.

Esta audiência pública faz parte dessa mesma intenção de ampliar as escutas e de amplificar as vozes vindas da população, para que este plano de ação climática reflita os anseios de quem mora e vive na capital paulista. A ideia de chamarmos o corpo técnico para a audiência, tanto pela SECLIMA como pelas demais Secretarias, é de promover este contato direto com quem está à frente desta revisão. É mais uma oportunidade para que a população se manifeste, tire dúvidas, faça críticas e propostas, sempre com o intuito de contribuir para melhorar o plano.

Gostaria de pedir a todas as pessoas presentes para que aproveitem este momento com muito diálogo e respeito. Críticas são bem-vindas; propostas, ainda mais. Peço que

foquemos no mérito das discussões e no desafio cada vez maior que já nos alcançou: o da emergência climática. MUITÍSSIMO obrigada.

Passo a palavra, agora, à minha colega Vereadora Marina Bragante.

A SRA. MARINA BRAGANTE – Bom dia. É tão mais gostoso quando a gente fala “bom dia” e as pessoas respondem. Bom dia, Vereadora Renata Falzoni. Agradeço à Vereadora, Presidente desta audiência.

Eu nem sou da Comissão de Trânsito e Transporte, mas a pauta do clima, do meio ambiente e da sustentabilidade é prioritária no meu mandato. Por isso, eu vim dar uma passada; nem vou ficar. Eu tenho uma reunião às 10h30, mas eu quis vir para honrar o trabalho que a gente vem fazendo com a Frente Parlamentar Direito à Cidade, com os gabinetes da Vereadora Renata Falzoni, do Vereador Nabil Bonduki e o meu, de poder escutar a população, de contribuir para que o PlanClima esteja o mais próximo possível daquilo que a cidade espera dele, e acho que a gente ainda tem um caminho extenso em cima do documento apresentado.

Eu também não agradei a presença dos Secretários. A Vereadora Renata Falzoni e eu provavelmente somos das Vereadoras menos formais desta Casa. Então essa parte de cerimonial sempre fica faltando, mas quero agradecer a presença de todos os Secretários, em nome da Sra. Luciana Feldman, que está representando a SECLIMA.

Quero falar três coisas prioritárias. Primeiramente, esta é uma pauta fundamental para o clima da cidade, para a gente efetivamente pensar o que a cidade está fazendo para mitigar as emissões de carbono. Essa é a pauta prioritária. Sessenta por cento das emissões da cidade estão concentradas em transporte, tanto público quanto privado e particular. Então acho que é importante a gente se debruçar muito sobre isso, mas é também uma das pautas em que a Prefeitura tem se esforçado, na perspectiva da emissão, trazendo a eletrificação da frota e os ônibus a biometano. É um espaço em que a gente ainda precisa avançar, mas também em que a Prefeitura tem avançado.

A nossa expectativa, obviamente, é sempre que seja o mais rápido possível – que seja mais rápido do que o possível, na verdade, talvez. Entretanto, para uma frota de 13 mil

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

REUNIÃO: 21428 DATA: 13/10/2025 FL: 6 DE 47

ônibus, não é de um ano para o outro – nem de dois anos para o outro – que a gente vai conseguir fazer essa transição. Todavia, cabe a nós, como Vereadoras e Vereadores, e à população fiscalizar e pressionar para que isso aconteça mais rápido do que está acontecendo, preocupados com a vida de todos nós, na nossa cidade.

A segunda pauta que acho importante trazer é o reconhecimento de que ciclistas e pedestres fazem parte do sistema de transporte da nossa cidade. Para isso, a Prefeitura também precisa investir em campanhas de segurança. Precisa investir em infraestrutura de segurança.

Eu não sou ciclista, como a Vereadora Renata Falzoni. Neste ano, eu comecei a andar mais de bicicleta. Chama-se *peer pressure*, quando você tem alguém que está perto de você e vai pressionando a fazer coisas melhores, sem efetivamente pressionar. Eu sofro essa *peer pressure* da Vereadora Renata Falzoni – e é ótimo.

Então, como é que a gente faz com que a cidade entenda que é possível e seguro andar de bicicleta em São Paulo? A gente faz isso, primeiramente, com campanhas e, em segundo lugar, tornando o trajeto seguro. Hoje, não é tão seguro e a gente tem um investimento bastante importante, de infraestrutura.

Eu moro perto de várias ciclovias e, todo dia, de manhã, quando eu vou deixar meus filhos na escola, meu marido fica xingando. Ele nem anda de bicicleta, mas fica, assim: “É um absurdo. Quem pode andar de bicicleta nessa ciclovia? Os caminhões de brita deixaram a brita toda”. É um tipo de *mountain bike*. Não é um espaço seguro para as pessoas. Então acho que esse é um investimento importante para a gente fazer, como cidade, nessa perspectiva da discussão de hoje, no PlanClima.

Um terceiro ponto é reforçar o quão importante é, de fato, a participação social. Tenho falado muito sobre isso. Acho que esta Gestão tem pecado na participação social, tanto na divulgação dos encontros que vão acontecer quanto na escuta, de fato. O que estamos fazendo é transformar as audiências públicas em rito para o PL passar, e não em um espaço de escuta, de fato, para a gente melhorar o que está sendo feito pelo Executivo – e sempre há espaço para melhorar.

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

REUNIÃO: 21428 DATA: 13/10/2025 FL: 7 DE 47

A gente mora em uma cidade de 12 milhões de habitantes. É muito complexa, muito grande e muito diversa. Portanto, a quantidade de Secretários e de equipes que a gente tem na Prefeitura não é suficiente para representar a diversidade de vida na cidade e é na audiência pública que a gente tem espaço para isso. Então quero só reforçar o quanto, para mim, as audiências são importantes.

Acho que a gente, como cidade, não está fazendo o que deveria. Para isso, de novo, cabe a nós, Vereadoras e Vereadores, cobrar e ampliar esse espaço. Cabe à sociedade civil também pressionar para que isso aconteça com mais intencionalidade e cabe à Prefeitura se organizar, preparar, divulgar mais e fazer mais campanha. Isso é importante para que não só o PlanClima, mas também a nossa democracia fique melhor. Cada movimento desses é um movimento de fortalecer a democracia do nosso país.

É isso.

Parabéns, Vereadora Renata Falzoni, pela mobilização. Bom trabalho para todos nós.

A SRA. PRESIDENTE (Renata Falzoni) – Superobrigada. Existe, também, outro tipo de influência, que é filho. Um dos filhotinhos da Vereadora Marina Bragante pedala muito e está me ajudando nesse processo de trazê-la ao pedal.

A seguir, eu gostaria de passar a palavra para a Sra. Luciana Feldman, da SECLIMA, que está ao nosso lado. Vou dar para vocês 15 minutos. Parece que o Sr. José Mendes ou a Sra. Ludmila também fariam das partes técnicas, mas os três podem combinar. Na hora de falar, a gente passa o microfone. Aí, fica fácil. Então, é com vocês. São 15 minutinhos para a equipe. Obrigada.

A SRA. LUCIANA FELDMAN – Obrigada. Quero cumprimentar as Vereadoras Renata Falzoni e Marina Bragante e falar da minha alegria de estar na Câmara. Trabalhei aqui por 18 anos e tenho um carinho enorme por esta Casa e, também, pela democracia. Acho fundamental abrir espaço para que a gente possa ouvir. Trabalhei por muito tempo com um Vereador que é um homem que gosta de escutar e que fiscaliza com mão de ferro. Foi o Gilberto

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

REUNIÃO: 21428 DATA: 13/10/2025 FL: 8 DE 47

Natalini e, para mim, é uma alegria estar novamente nesta Casa.

Hoje, represento nosso Secretário Renato Nalini, que está em uma missão internacional. Então, estou em exercício, com nossa equipe da Secretaria, para apresentar um pouco de como está sendo feito esse processo de revisão do PlanClima. O nosso Plano de Ação Climática foi o primeiro a ser criado. Então, ele tem algumas deficiências e é por isso que a revisão é tão importante.

Neste momento, estamos passando por essa revisão e a nossa Secretaria é responsável por coordenar, monitorar e revisar o PlanClima, conforme o art. 2º do Decreto 60.289, de 2021, que determina a revisão do Plano no primeiro ano de cada nova gestão municipal. Então a gente está cumprindo o que o decreto exige e tem até o dia 31 de dezembro para apresentar essa revisão do Plano de Ação Climática.

Para isso, foi criado um Grupo de Trabalho Intersecretarial. É o GTI. Muitas das Secretarias estão representadas. Hoje, são 13 órgãos, se não me engano, que fazem parte. São 21, já com os novos. São 13 e a gente já está indo para 21 órgãos que serão representados. Por exemplo, no primeiro plano, não havia a Secretaria da Pessoa com Deficiência, nem a Secretaria de Direitos Humanos. Agora, essas Secretarias passam a fazer parte. Antes, a gente tinha a Amlurb, que hoje foi dividida em SP Regula e SELIMP.

Enfim, está sendo tudo reestruturado com essas novas Secretarias e, também, com a participação social, que é, sim, a nossa preocupação, de ter o maior apoio possível da própria sociedade civil. Para a gente, é fundamental. Então, foi criado esse grupo de trabalho participativo por meio da Portaria SGMC Clima nº 79, em julho de 2025, com representantes da academia, do terceiro setor e do setor privado, que apresentaram contribuições à minuta de revisão. No total, foram sugeridas em torno de 300 contribuições e todas elas estão sendo analisadas e avaliadas para a inclusão ou exclusão de metas e ações propostas na minuta inicial, criada pelo Grupo de Trabalho Intersecretarial. Então, foi criada por esse grupo de trabalho uma minuta inicial e estamos mexendo nela de acordo com as colaborações que chegam do GTI.

Em continuidade a esse processo, com a revisão do plano, por meio da minuta de

REUNIÃO: 21428 DATA: 13/10/2025 FL: 9 DE 47

revisão proposta pela Administração Pública, foi aberta a consulta pública na plataforma Participe+ até o dia 15 de outubro, que é quarta-feira. Nós fizemos uma reunião *on-line* com todo esse grupo. Havia mais de cem participantes, entre eles até o Prof. Carlos Nobre e o Prof. Paulo Saldiva. Enfim, diversas autoridades no assunto.

Depois desse grupo, surgiu a necessidade de fazer uma reunião presencial, que foi realizada. Agora, está aberta essa consulta pública na plataforma Participe+, em que a gente vem recebendo diversas contribuições que serão consolidadas.

Fomos provocados pelo gabinete da Vereadora Renata Falzoni a participar desta audiência pública e estamos aqui, abertos para ouvir e para somar ao nosso Plano de Ação Climática. A ideia é exatamente esta: ouvir e trazer para dentro desta nova minuta as contribuições que vocês vão apresentar e que todos estão apresentando pelo Participe+ ou que já foram apresentadas, e tudo mais.

Após o encerramento da consulta pública, será elaborada a versão final do PlanClima, consolidando as contribuições recebidas tanto do GT quanto da sociedade civil. Em seguida, as metas e ações serão encaminhadas aos gabinetes das Secretarias envolvidas para pactuação e validação final.

Então, a revisão do PlanClima reafirma o compromisso da cidade em avançar rumo a uma cidade mais sustentável, resiliente e justa, fortalecendo as políticas públicas de enfrentamento às mudanças climáticas.

Vou chamar, agora, a Ludmila e o José, para apresentarem para vocês a parte mais prática, de como está sendo feita toda essa revisão. Por favor, podem falar.

A SRA. PRESIDENTE (Renata Falzoni) – Antes de passar a palavra, eu só quero avisar que já estão encerradas as inscrições.

Está sentada à Mesa minha colega, Sra. Laura Ceneviva, representando a Secretaria do Verde e do Meio Ambiente. Obrigada por sua presença.

A SRA. LUCIANA FELDMAN – Vereadora, a Laura é muito mais do que representante da Secretaria do Verde, porque foi ela que criou. Ela estava na coordenação da

REUNIÃO: 21428 DATA: 13/10/2025 FL: 10 DE 47

criação do PlanClima. Então, para a gente, é fundamental a participação da Laura.

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Renata Falzoni) – Muito obrigada pelo aparte, pois isso eu desconhecia.

Obrigada, Sra. Laura.

A SRA. LUDMILA MELLO DE AMORIM – Bom dia. Gostaria de cumprimentar as Vereadoras Marina Bragante e Renata Falzoni e todos da Mesa. A gente vai falar e resgatar um pouco do histórico do PlanClima, que já está publicado. Foi publicado em 2021 e agora está nesse processo de atualização. Vou tentar ser breve para a gente não ultrapassar o nosso tempo, mas a gente quer agradecer, também, a oportunidade de estar aqui, apresentando um pouco da atualização e do próprio plano, que, como a Luciana falou, foi feito pela Secretaria do Verde em 2021, principalmente, com a coordenação da Laura.

- A oradora passa a se referir a imagens exibidas na tela de projeção.

A SRA. LUDMILA MELLO DE AMORIM – Só resgatando um pouco do histórico do que motivou a criação desse Plano de Ação Climática na cidade de São Paulo, a gente trouxe um pouco desse processo de elaboração e das motivações. A gente tinha a necessidade de inserir a questão da variável climática nas decisões da Administração Pública municipal. Além disso, havia toda a questão internacional em cima do assunto.

O Prefeito Bruno Covas havia assinado um compromisso legal de começar a elaborar um Plano de Ação Climática até 2020. Era esse o *deadline*. A gente também tinha todo o nosso contexto internacional, como as próprias Contribuições Nacionalmente Determinadas, NDC.

O plano está de acordo com a NDC brasileira, também relacionada aos objetivos de mitigação.

O nosso plano é principalmente pautado em duas frentes, por estas motivações de contexto de mudanças climáticas: mitigação e adaptação, que são duas frentes presentes em basicamente todos os planos de ação climática de qualquer cidade do mundo que apresenta um plano. Então, a gente tem a nossa frente de mitigação, que é voltada principalmente para a

questão da redução de gases de efeito estufa emitidos na cidade. Eu vou falar, um pouco mais para frente, do panorama da cidade em relação a isso e há a questão da adaptação, que é já lidar com os efeitos que acontecem na cidade em decorrência de mudanças climáticas. Então, a gente age nestas duas frentes: uma que atua diretamente na causa, que é a emissão desses gases de efeito estufa; e outra de adaptação, de entender que isso já é uma realidade na cidade.

Para a gente trabalhar com essas duas frentes, a gente tem os nossos objetivos relacionados à parte de redução de emissão. A gente tem três metas, uma incondicional e duas condicionadas. A primeira, incondicional, que vocês estão vendo, são aquelas metas estabelecidas para serem cumpridas dentro da competência da Administração Pública municipal, considerando a capacidade da Prefeitura de agir e reduzir, dentro das suas atuações diretas. As metas condicionadas já são relacionadas com a participação efetiva de outros setores da cidade, além da própria Prefeitura.

Como meta incondicional, temos a de reduzir, até 2030, a emissão desses gases, com um ano-base de 2017, que é o nosso último ano do inventário de gases de efeito estufa no Plano de Ação Climática. Atingir as duas outras metas está condicionado à participação efetiva de outros setores da sociedade, o que inclui a meta que está de acordo com a meta nacionalmente determinada do Brasil, de eliminar a emissão desses gases até 2050.

Esse é o panorama da cidade em relação aos gases de efeito estufa. Falei dessas duas frentes, de mitigação e adaptação. A gente tem isso muito bem pautado, hoje, na Comissão de Transporte, porque, na cidade de São Paulo, 61% dessas emissões de gases de efeito estufa provêm do setor de transporte, tanto da frota do sistema de ônibus coletivo na cidade quanto dos automóveis particulares e de outras frotas. A gente tem, ali, a energia estacionária, provinda das atividades realizadas nas edificações, e, por último, a questão dos resíduos, com 8%.

Como eu falei, no nosso Plano de Ação Climática, a série utilizada para sabermos esse parâmetro é de 2005, se não me engano – depois, a Laura pode até me corrigir –, até 2017. A gente tem essa série histórica e esse panorama de percentuais, que não se alteraram muito desde 2017 até o último inventário que a gente tem, de 2021. A gente está para publicar o de

2022 e esses percentuais não se alteraram muito desde a publicação do plano.

Aqui, a gente resgatou um pouco da questão do diagnóstico de risco climático da cidade, que é para a gente lidar diretamente com a questão da adaptação. Então, a gente trouxe esta questão que consta no diagnóstico do PlanClima, sobre como as chuvas aumentaram de 1931 a 2020. A gente teve esse aumento de chuvas acima de 80 ou até 100 milímetros, na cidade e, ali, conseguimos ver que, entre 2011 e 2020, foi registrado o número de 13 dias com chuvas acima de 80 milímetros.

Aqui, também há a questão da temperatura, do histórico de temperatura na cidade. A gente tem três linhas: da média anual, de verão e de inverno. A gente consegue ver, também, como é que isso tem mudado na cidade. A gente consegue ver que, desde 1933, essa linha para os três parâmetros que a gente tem – de média, verão e inverno – tem aumentado.

Não é só isso. A gente não tem esses dados próprios, só de aumento, mas, também, para o plano ser realizado e para a gente ter as metas relacionadas à adaptação, a gente trabalha com esse histórico. Porém, também faz a realização de projeções para 2030 e 2050. Então, no caso do risco de secas meteorológicas, a gente tem esse histórico entre 2010 e 2017 e também o projetado para 2030 e 2050. Aqui, a gente só trouxe o de 2050, para visualizar. Como é seca meteorológica, não é exatamente um mapa da cidade de São Paulo, mas onde estamos inseridos no contexto das bacias.

Também temos essas duas projeções para ondas de calor e de inundações. Aquelas, vemos como o principal risco climático que tem essa expansão na cidade, esse cenário crítico de aumento do risco na cidade, de muito baixo para muito alto em toda a sua extensão, principalmente nas áreas que não têm cobertura vegetal, a cobertura verde. Já as inundações, peço desculpas, ficou faltando o mapa original do histórico, mas já temos identificados, na cidade, esses lugares específicos e que continuarão sendo os mesmos, só que numa frequência ainda maior.

REUNIÃO: 21428 DATA: 13/10/2025 FL: 13 DE 47

Temos os três riscos principais identificados: secas meteorológicas, ondas de calor e inundações, e as principais formas de enfrentamento desses riscos que estão projetados nas metas e ações do plano.

E vou passar para o Zé, que vai falar propriamente da atualização do plano.

O SR. JOSÉ TELES MENDES - Bom dia.

A SRA. PRESIDENTE (Renata Falzoni) – Estamos concedendo mais cinco minutos para vocês em função da qualidade da apresentação.

O SR. JOSÉ TELES MENDES - Obrigado, nobre Vereadora. Enrolamo-nos um pouquinho, aqui, no planejamento do tempo.

Sou o José. Trabalho na coordenação técnica da SECLIMA. Vou apresentar brevemente como o nosso plano está estruturado atualmente e como estamos fazendo a parte da revisão.

- O orador passa a se referir a imagens exibidas na tela de projeção.

O SR. JOSÉ TELES MENDES - Atualmente, o nosso plano de ação climática, o PlanClima, conta com cinco estratégias, que são essas listadas do lado direito da página: Rumo ao Carbono Zero em 2050; adaptar a cidade de hoje para o amanhã; proteger pessoas e bens; Mata Atlântica, precisamos de você; e gerar trabalho e riqueza sustentáveis. Vou entrar em mais detalhes sobre as metas e as ações que constam nessas estratégias daqui a pouco.

O PlanClima conta com 43 ações, que, por sua vez, se distribuem em 54 metas. Na versão atual do plano, temos 13 órgãos municipais, principalmente secretarias envolvidas, e, na revisão, esse número está sendo expandido para 21 secretarias. Temos três prazos de execução. Como se trata de um plano de longuíssimo prazo, até 2050, temos também metas de curto e médio prazo para conseguirmos fazer o acompanhamento dessa implementação ao longo do tempo.

Agora, apresento algumas informações gerais sobre a versão atual do plano e as mudanças que estão sendo feitas para a versão revisada.

Na primeira estratégia, que é a principal de mitigação, de redução de emissões de gases causadores de efeito estufa, estamos passando de 25 para 39 metas. Na segunda estratégia, “Adaptar a cidade de hoje para o amanhã”, estamos passando de 11 para 40 metas. “Proteger pessoas e bens”, de sete para 24. “Mata Atlântica”, continuamos com sete metas. E “Gerar trabalho e riqueza sustentáveis”, estamos passando de quatro para 15 metas.

Aqui na parte superior direita, há alguns exemplos de novos temas que estamos trazendo na revisão para dentro do PlanClima, como, por exemplo, a proteção da primeira infância e a integração da primeira infância com a natureza, o uso de soluções baseadas na natureza em escolas e, também, o desenvolvimento do nosso orçamento climático, que já foi enviado para a Câmara com o anexo 4 do Projeto de Lei do Plano Plurianual.

Também temos novos órgãos envolvidos no processo de revisão, passando de 13 para 21. Há alguns exemplos dos órgãos que estamos trazendo para dentro do PlanClima na revisão: a Secretaria de Assistência Social, a Secretaria de Gestão, a Secretaria de Projetos Estratégicos — mais especificamente, o núcleo de primeira infância — e a Seplan, a Secretaria de Planejamento e Eficiência, que está com a SECLIMA, responsável pelo desenvolvimento e implementação do orçamento climático.

Um pouquinho mais sobre os temas que estamos trazendo de novidade em cada uma das estratégias, alguns já contidos no PlanClima, outros estamos trazendo como novidade, “Rumo ao Carbono Zero”. Temos, por exemplo, metas de ampliar a eficiência energética em edificações e de ampliar a participação de energia fotovoltaica, também a estratégia onde estão contidas as metas e ações na parte de mobilidade urbana, tudo visando, principalmente, à redução da emissão de gases de efeito estufa aqui na cidade de São Paulo.

A segunda estratégia foca principalmente em adaptação, em tornar os espaços públicos mais resilientes aos riscos climáticos de ondas de calor, de inundações. Então, existem metas e ações vinculadas, por exemplo, a ampliar a permeabilidade do solo, implementar soluções baseadas na natureza, como jardins de chuva, telhados verdes, e desenvolver sistemas de detecção e alerta precoce para riscos climáticos extremos, entre outros.

Na estratégia de proteger pessoas e bens, temos ações voltadas principalmente para a economia verde, para a economia circular, incluindo, por exemplo, capacitar profissionais e equipes de serviços de saúde para lidar com emergências climáticas, combater o desperdício de alimentos e também implementar instrumentos de adaptação em unidades básicas de saúde.

“Mata Atlântica, Precisamos de Você” foca principalmente na proteção da biodiversidade do município. Então, metas incluem, por exemplo, mapear a produção de mudas nativas e mapear as nascentes do município.

Em “Gerar trabalho e Riquezas Sustentáveis”, temos ações vinculadas à área de educação ambiental, que envolve tanto a Secretaria do Verde quanto a Secretaria de Educação, e também cursos com foco na parte de economia verde e economia circular.

Tive que correr um pouquinho aqui no final, mas aqui está o *QR Code*, que tem a minuta de consulta pública do plano, que é a minuta que está no Participe+ para receber as contribuições da sociedade civil e também pelo outro *QR Code*, vocês conseguem acessar a versão atual do Plano Clima e podem fazer essa comparação para ver o que está sendo transformado na revisão.

Obrigado pela atenção.

A SRA. PRESIDENTE (Renata Falzoni) – Vou fazer uma ordem chamando *on-line*, presencial, *on-line*, presencial, dependendo da Secretaria. Então, vou passar para a Sra. Laura Lúcia Vieira Ceneviva, da Secretaria Municipal do Verde e Meio Ambiente.

Por gentileza, tem três minutos.

A SRA. LAURA LÚCIA VIEIRA CENEVIVA - Bom dia a todos.

Obrigada pelo convite, pela presença de todos aqui, aqueles que nos assistem. Essa é a primeira revisão, então estamos fazendo um processo histórico, que também é uma novidade de como essa revisão vai ser feita, do mesmo jeito que cumprimos um processo histórico há cinco anos, seis, na realidade, elaborando coletivamente o Plano de Ação Climática de São Paulo.

Eu queria destacar, primeiro, acho importante dizer que a definição das estratégias corresponde ao tratamento da questão de escala. Por quê? Porque o aquecimento global é um problema do nosso planeta. Não adianta diminuirmos aqui, porque as coisas vão continuar acontecendo aqui. O planeta inteiro tem que diminuir.

Então, a estratégia “Rumo ao Carbono Zero” trata o planeta. Depois, “Adaptar a Cidade de Hoje para o Amanhã” trata a questão da coletividade. Vem do planeta para o “nós”, esta sociedade. E depois a estratégia “Proteger Pessoas e Bens” chega no indivíduo, no “eu”, no “meu”.

As outras duas estratégias tratam o funcionamento dos sistemas. “Mata Atlântica, Precisamos de Você” trata o funcionamento dos sistemas naturais. O nosso bioma precisa funcionar para que possamos nele viver.

E a última estratégia, que é “Gerar Trabalho e Riquezas Sustentáveis”, trata do funcionamento dos sistemas humanos. A sociedade tem que funcionar de um tal modo que seja possível continuarmos vivendo aqui dentro do funcionamento dos sistemas humanos.

Do ponto de vista de mobilidade, o Plano de Ação Climática trata das questões de energia e trata também da questão do uso coletivo, da circulação na cidade, trata da questão da geração de trabalho, principalmente o trabalho nas periferias, porque todo o mercado hoje é baseado no sistema de transmissão de dados, e não é porque uma pessoa é pobre que não pode entrar no mercado. E trabalha também na questão da localização de empregos e de atividades econômicas que geram a necessidade dos serviços de transporte. Então são os destaques que trago para vocês que, por causa do tempo, os colegas não puderam abordar.

Devolvo a palavra, agradecendo, mais uma vez, o convite. Não estou propriamente representando o Verde, sou uma funcionária.

A SRA. PRESIDENTE (Renata Falzoni) – Sempre lembrando que você, lá nas décadas de 1980 e 1990, criou um núcleo para o ciclista dentro da Secretaria, o que nos ajudou grandemente, uma pedra fundamental para que tenhamos hoje em dia qualquer estrutura cicloviária. Isso se deve a esse trabalho que vocês fizeram ainda na década de 1990, não é?

REUNIÃO: 21428 DATA: 13/10/2025 FL: 17 DE 47

A SRA. LAURA LÚCIA VIEIRA CENEVIVA - Na realidade, isso foi na década de 1990, e eu entrei no começo dos anos 2000. Mas, na realidade, acho que foi em 2006 que criamos o Pró-Ciclista. Estes dedinhos escreveram a criação do Pró-Ciclista, mas a sua criação tinha como razão de fundo a mudança climática.

Desde 2003, comecei a participar do cálculo das emissões de gases de efeito estufa, aqui no nosso município. Desde então, trabalhei em todos os inventários que foram feitos. Aqui na sala está presente o compilador geral dos inventários de hoje, que trabalha com isso, o Fábio e é por essa razão que, afinal, acabei indo para a bicicleta, porque a mudança do clima exige uma subversão dos processos de pensar a cidade, e pensar a bicicleta apoia essa transformação.

E a questão crucial que é a migração modal, o *crux*, como se chama em escalada, é o lugar onde todo mundo cai, é difícil. É a distribuição das atividades no território, porque é isso que gera a demanda por serviços de transporte.

A SRA. PRESIDENTE (Renata Falzoni) – Muitíssimo obrigada. Vou chamar agora o pessoal que está *on-line*. Quero chamar os Srs. Rafael Alexandre do Nascimento Purificação, por gentileza, e Douglas de Paula, ambos da Siurb. Não sei qual de vocês vai querer falar antes. Têm três minutos para a Secretaria.

O SR. RAFAEL ALEXANDRE DO NASCIMENTO PURIFICAÇÃO - Eu posso falar.

Queria cumprimentar as nobres Vereadoras Renata Falzoni e Marina Bragante e a todos da Mesa. É um prazer fazer parte e participar desta audiência pública.

Vou falar um pouco sobre as ações da Siurb, a Secretaria de Infraestrutura Urbana e Obras, em relação ao Plano de Ação Climática.

Ao que nos compete, na área de energia, estamos fazendo a revisão do Manual de Estabilidade de Edificações e de Projetos e Obras da Secretaria, a Siurb.

Em relação à prevenção e às respostas aos riscos climáticos, temos o CGE, o Centro de Gerenciamento de Emergências Climáticas, e estamos operando o sistema de detecção e alerta para riscos climáticos na cidade de São Paulo.

Em relação à energia, estamos fazendo a revisão do Manual de Estabilidade. Em relação à gestão urbana, estamos fazendo a publicação de Cadernos de Drenagem, que são cadernos que fazem um mapeamento das bacias hidrográficas na cidade de São Paulo. Já temos 33 Cadernos de Drenagem publicados e, até o fim desta Gestão, publicaremos 58. Esses cadernos são essenciais para definir o planejamento das nossas obras nas áreas mais carentes, as áreas que mais sofrem com a questão climática na cidade de São Paulo.

Também na questão de mobilidade, tocando aqui no tema principal desta audiência pública, estamos agora executando as obras do BRT Radial Leste. Esse BRT atende o trecho do Parque Dom Pedro até a Mooca e vai até a Penha. Também temos ainda o túnel Sena Madureira, o Túnel **Chucri Zaidan** e o BRT Aricanduva, que o projeto agora está indo para a licitação.

Fui breve para não me estender nas ações da Secretaria de Infraestrutura Urbana e Obras de São Paulo em relação ao Plano de Ação Climática, e também nas ações que temos feito em relação ao uso das energias renováveis, principalmente nos projetos da área da Secretaria de Educação de microgeração fotovoltaica nas escolas inauguradas da cidade de São Paulo.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Renata Falzoni) – Eu que agradeço. Vou fazer tudo o que posso para evitar a construção do Túnel Sena Madureira.

Próximo palestrante, Sr. Marco Aurélio Lessa Villela, da Sehab, por gentileza.

O SR. MARCO AURÉLIO LESSA VILLELA - Bom dia. Obrigado pelo convite, nobre Vereadora.

Para a Sehab, fizemos um contato prévio com sua assessoria para sabermos qual era a expectativa em relação à nossa fala. Então para além de só apontar as metas que já estão colocadas, dá para explicar um pouco qual era a nossa intenção, o que viemos discutindo e os desafios que encontramos na habitação.

Um ponto que foi colocado até agora pela Laura é um ponto central para a redução da emissão: a localização, o transporte é necessário por conta da distância entre o local de moradia e de trabalho, e na habitação, lidamos justamente com o local de moradia. Então um ponto que pensamos foi, de alguma forma, tentar incentivar e favorecer a provisão de habitação na região mais central, ou pensar em como desenvolver a oportunidade de trabalho e a renda onde você vai construir um novo conjunto. Mas isso é uma coisa difícil, não conseguimos resolver só na Sehab e, mesmo ao focar na região central, esbarramos no aumento do orçamento. Temos um orçamento restrito, uma quantidade significativa de déficit habitacional ainda a enfrentar, então são questões difíceis para serem resolvidas.

Trago aqui pontos para a reflexão, mas não é o que estamos fazendo neste momento.

Estamos incorporando soluções baseadas na natureza, no nosso projeto de urbanização. É uma coisa que já existe. Temos a proposta de ampliar, e está colocado nas metas. Isso entra na questão de lidar com os riscos e não vai entrar nas emissões.

Nas emissões, temos trabalho principalmente com fonte estacionária e geração de resíduo. Transporte só entra nessa questão da localização da habitação. No estacionamento, o que conseguimos contribuir é melhorar a eficiência energética, melhorar ventilação, iluminação. Esse é um ponto que está entrando nas metas, ampliar a qualificação dos nossos projetos de HIS — Habitação de Interesse Social — para atender a critérios mais elevados nas normas ABNT. Temos uma portaria da Secretaria que vai nesse sentido e já é seguida, mas pretendemos ampliar isso.

Outro ponto é a geração de resíduo. Nas licitações, a proposta também é incorporar e usar uma legislação que já preveja que sejam incorporados os critérios de sustentabilidade, pensando no uso e na reciclagem. Esse é um desafio também, porque têm questões em relação à resistência dos materiais que ainda estão em estudo. Mas é possível pensar no que estamos colocando na disposição final dos resíduos da construção civil, que também é um problema.

E há o outro desafio com o qual não sabemos como lidar: a geração dos resíduos nos conjuntos entregues, que já não estão diretamente na nossa gestão. Produzimos, mas, depois, as pessoas seguem vivendo e há uma geração de resíduos. São dezenas, centenas de milhares de pessoas que poderíamos, de alguma forma, tentar incentivar a mudança na destinação desse resíduo, mas isso também não é só conosco na habitação.

É isso, um ponto do que estamos pensando.

A SRA. PRESIDENTE (Renata Falzoni) – Nessa hora, sempre me lembro do meu minhocário. É interessante que as minhas minhoquinhas têm sobrenome Jorge. Eu fui na casa dele, peguei um punhado de minhoca e até hoje, com isso, tenho a quantidade de resíduo orgânico que fica em casa. Diminui muito a quantidade de resíduo que sai da casa.

Seguindo a nossa tradição aqui, vou chamar o João Bonet Neto, da SMT, de forma *online*, por três minutos.

O SR. JOÃO VITOR BONET – Obrigado, Vereadora. Bom dia, pessoal. Eu estou aqui com o Marcelo Imaizumi, representando a SMT. Conosco, no grupo de trabalho organizado pela SECLIMA, trabalham também o Rafael Mielnik, que não pôde estar presente hoje e o Nicolas Xavier. Gostaríamos de agradecer essa interlocução. Nós a tratamos como muito importante.

Vou tentar ser bem breve.

Claro que precisamos avançar, elaborar e desenvolver as propostas, mas acreditamos que existe bastante consonância com o que está sendo apresentado. As propostas que serão encaminhadas, nesse âmbito, por meio da SECLIMA, gostaríamos de analisar com muita atenção e cuidado. Acreditamos que existe bastante consonância com essas propostas, principalmente pelo que já foi discutido, em três linhas em que trabalhamos. A primeira delas é a substituição da tecnologia veicular da frota de ônibus, por tecnologias motrizes mais limpas e mais eficientes, como é o caso dos ônibus elétricos. Acho que essa é uma grande linha de ação na qual podemos e devemos nos debruçar.

Existe a questão da migração modal para o transporte coletivo e os modos ativos,

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

fls. 22

REUNIÃO: 21428 DATA: 13/10/2025 FL: 21 DE 47

principalmente por meio de incentivos e de infraestrutura que priorizem o transporte coletivo e a mobilidade ativa. Acho que essa é outra grande linha de ação muito importante.

Uma terceira linha de ação, que consideramos também muito importante, é a integração modal, seja a integração tarifária, para avançarmos nessas questões nos modos de pagamento, integração tarifária e a integração com o modo coletivo e a mobilidade ativa. Então, consideramos essas três grandes linhas de ação nas quais podemos nos debruçar.

Não só é importante, como também é um prazer estar aqui para discutir e debater com vocês. Estamos aqui principalmente para ouvir e receber as propostas. Acreditamos que, seguindo talvez nessas três grandes linhas de ação, podemos estruturar e consolidar um plano muito efetivo.

Acho que é isso. Colocamo-nos à disposição e agradecemos novamente essa possibilidade de interlocução pessoal. Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Renata Falzoni) - Obrigada, Sr. João Bonet. Agradeço muito a sua presença.

Agora, vou chamar a SEMTRA da qual temos duas pessoas: Felipe Lara Vogel e André Luiz. Com a palavra o Sr. Felipe Lara Vogel.

O SR. FELIPE LARA VOGEL - Obrigado, Renato. Obrigado a todos. Então, só para vocês entenderem, a Secretaria de Mobilidade e Transporte tem outra Secretaria Executiva dentro dela, da qual faço parte, que é a de Mobilidade e Trânsito. As questões que o João Bonet acabou de falar são mais ligadas a transporte, como a mudança da matriz energética do ônibus, por exemplo, e os corredores. Eu atuo mais na assessoria técnica, na questão de mobilidade ativa.

No PlanClima, na versão anterior, estávamos mais relacionados às metas oito, 10, 12, 13 e 14. A meta oito, por exemplo, que tem a ver com a construção de ciclovias, é uma meta que está mais no controle da Secretaria. Temos a expectativa de retomar, no primeiro trimestre de 2026, 158 quilômetros de ciclovias, o que já está na parte interna de elaboração dos editais. Também pretendemos avançar com os convênios da PPP da Cohab, continuando a construir

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

fls. 23

REUNIÃO: 21428 DATA: 13/10/2025 FL: 22 DE 47

algumas estruturas.

De qualquer forma, as outras metas, todo o PlanClima, na verdade, tem participação de muitas secretarias em cada uma das ações, e é muito importante a colaboração não só das secretarias, mas também desse grupo de trabalho participativo da população, porque vocês sabem muito do assunto, são engajados, leem o plano, querem compartilhar e atuar. Então, para nós, é muito importante que isso realmente aconteça, para que saia uma proposta que atinja o objetivo final. Todos objetivos do PlanClima são importantes, de médio e longo prazo, mas precisamos de boas propostas para conseguirmos avançar. Espero que consigamos avançar aqui hoje, conversar um pouco mais sobre isso e atingir esses objetivos o quanto antes. Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Renata Falzoni) - Superagradeço. Pergunto se o Sr. André Luis quer fazer uma complementação da apresentação da Secretaria Municipal de Trânsito?

O SR. ANDRÉ LUIS COENTRO DE ALMEIDA - Boa tarde, Vereadora. Boa tarde a todos. Na verdade, só quero fazer um apontamento bem breve, endossar o que o Felipe falou e dizer que a Secretaria Executiva, que agora cuida dos transportes e tem como atrelada a Companhia de Engenharia de Tráfego, está empenhada nessa questão da ciclovia. Então, o nosso foco e a meta com relação a isso estão sendo bem monitorados, e nós vamos cumprir o compromisso de forma exemplar. Toda a equipe tem se dedicado a esse assunto. Como o Felipe falou, os editais estão praticamente prontos, já na área de licitação.

É isso. Na verdade, endosso o que ele falou e reafirmo um compromisso assumido pela Secretaria Executiva.

A SRA. PRESIDENTE (Renata Falzoni) - Obrigada, André.

Dando sequência. Com a palavra o Sr. Felipe Hoffman Paulino, de forma *on-line*, SP Regula.

O SR. FELIPE HOFFMAN PAULINO - Bom dia a todos e a todas. Vou dar um panorama geral da SP Regula para aqueles que não sabem ou já têm conhecimento. No ano passado, em junho de 2024, a SP Regula renovou seus dois contratos de concessão de resíduos

para mais vinte anos. Essa renovação foi embasada nas Leis Ambientais Municipais, Estaduais e Federais. Foram PMSA, PGIRS, o PlanClima, e, dentro das inovações, estão previstos tratamentos de resíduos através de tratamento mecânico, biológico e térmico, e a construção de Ecoparques, os quais vão gerar energia para o Município.

Também está prevista a troca de toda a frota de veículos de coleta de lixo para combustíveis alternativos, mais especificamente o biometano. Então, desde a renovação no ano passado até agora, já conseguimos trocar 160 veículos, ou seja, 160 veículos que eram abastecidos com diesel atualmente estão sendo abastecidos com biometano. Além desses, temos trinta veículos elétricos também circulando na cidade de São Paulo.

Então nós começamos esse processo. Existe um prazo de sete anos. Todo veículo tem uma vida útil de sete anos. Após essa idade, todo veículo, obrigatoriamente, tem que ser trocado por um veículo movido a energia limpa. Então, até meados de 2030 e 2040, toda a frota de mais de 600 veículos será trocada.

E, como eu falei da recuperação energética através de resíduos, a SP Regula já iniciou seu trabalho. É isso que eu tinha para falar. Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Renata Falzoni) - Obrigado, André.

Com a palavra a Sra. Sarita Tobias de Andrade, da SMUL.

A SRA. SARITA TOBIAS DE ANDRADE - Bom dia, obrigada pelo convite. Bom dia a todos.

A SMUL é uma Secretaria-meio. Queria pontuar essa questão. Nós não trocamos veículos, não planejamos mudanças imediatas, infelizmente. Trabalhamos no desenvolvimento e apoio de legislação e na aplicação desta legislação para os empreendedores, tanto os privados quanto os públicos. Então, é uma Secretaria que participa, sim, que colabora no pensamento das estratégias, e depois esse trabalho vem aqui para a Câmara em forma de projeto de lei, onde são feitas as discussões. Muitas vezes, aquilo que nós idealizamos como técnicos, infelizmente, se perde no caminho e não chega na efetividade, mas a participação popular é fundamental para que isso possa ser efetivado de forma mais contundente. O espaço de representação das forças

REUNIÃO: 21428 DATA: 13/10/2025 FL: 24 DE 47

da cidade é aqui. Então, que as pessoas realmente tomem seu lugar nesse espaço, para que esse equilíbrio de forças possa ser atingido, porque estamos em um desequilíbrio muito grande.

Era isso que eu queria falar. Muito bom trabalho a todos, e SECLIMA para a frente, porque precisamos ter mundo. Eu quero ver meus bisnetos. Quero ver meus bisnetos, não! Mas espero que eles possam ter um mundo para viver.

A SRA. PRESIDENTE (Renata Falzoni) - Eu pensei que fosse pedalar com o neto, nem isso consegui. Estou guardando a saúde para pedalar com o bisneto.

A próxima palestrante Sra. Aline Pellegrini, munícipe eleita representando os ciclistas da Câmara Municipal de Transportes, CMT, da Câmara Temática da Bicicleta e também da Bike Zona Sul.

A SRA. ALINE PELLEGRINI MATHEUS - Olá, bom dia a todos. Cumprimento as Vereadoras Renata e Marina e todos os presentes.

Primeiramente, gostaria de destacar as diferenças entre os planos: o primeiro PlanClima e este atual que V.Exas. estão propondo. O primeiro tinha a meta de aumentar as viagens de bicicleta para 4% até 2030, 6% até 2040 e 8% até 2050. E, neste plano de agora, em uma busca rápida, vi que ele cita o termo “bicicleta” apenas três vezes, nas metas 19, 20 e 26. Na meta 19, ele cita a bicicleta com uma proposta de compartilhamento de bicicletas; na meta 20, uma parceria com organizações para promover eventos; e, na meta 26, trata a bicicleta como micromobilidade. Não há nenhuma meta falando propriamente sobre ciclovias. Aliás, o termo “ciclovía” não é citado em nenhuma parte do plano. O termo “estrutura cicloviária” também não; o termo “cicloestrutura”, tampouco. E o termo “ciclofaixa” também não, apenas o termo “ciclofaixa de lazer”, na meta 16, propondo ampliar a ciclofaixa de lazer na cidade em uma hora de funcionamento.

E, mais uma coisa a respeito da mobilidade ativa na cidade: o termo “pedestre” também não é citado nenhuma vez no PlanClima. E isso denota uma preocupação muito grande para nós, porque, em termos de emissões de carbono, o pedestre e o ciclista contribuem diretamente para a solução, pois, se 61% das emissões de carbono são geradas pelos carros, o

REUNIÃO: 21428 DATA: 13/10/2025 FL: 25 DE 47

pedestre e o ciclista vão na contramão dessas emissões, gerando zero emissões.

Então, o pedestre e o ciclista estão sendo tratados muito pouco no plano. ● pedestre e o ciclista estão sendo considerados muito pouco nessa contribuição, e esperávamos ver um pouco mais de propostas para nós. Eu sei que a eletrificação da frota é muito importante, mas não vemos planos de calçada nem de estruturas ciclovárias, diretamente citadas no plano, o que é muito importante. Vemos propostas para a criação de túneis, como o Túnel Sena Madureira, que a população não quer, e vemos só asfalto novo na cidade. Então, é uma proposta de reflexão para o PlanClima. Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Renata Falzoni) - Obrigada, Aline. Estou vendo que a plateia se sentiu provocada a falar. Vou abrir mais cinco minutos de inscrição.

Com a palavra a Sra. Luciana Artilheiro, da SELIMP, de forma *on-line*.

A SRA. LUCIANA ARTILHEIRO – Bom dia a todos. Obrigada pela presença. Queria agradecer o convite por representar aqui a Secretaria de Limpeza Urbana, corroborando até o que a Luciana Feldmann falou na abertura da Mesa sobre a criação da SELIMP em conjunto com a criação da AMLURB, após a extinção da Secretaria Municipal de Limpeza Urbana. Atualmente, nós somos responsáveis pelos serviços indivisíveis da cidade de São Paulo e vou explicar para vocês qual é a nossa participação no PlanClima.

Estamos no eixo “Rumo ao Carbono Zero”, na versão publicada na plataforma Participe+. As nossas ações são as metas 29, 30 e 31. A meta 29 diz respeito aos mecanismos de monitoramento da geração de resíduos no município de São Paulo, no âmbito da implantação da logística reversa. A meta 30 fala sobre a reciclagem de resíduos, e a meta 31 fala sobre a compostagem.

Vou explicar um pouco o nosso papel nesse plano. Quando falamos sobre reciclagem, temos os 129 ecopontos da cidade, que recebem os resíduos recicláveis nos PEVs, que chamamos de Pontos de Entrega Voluntária. Então, ajudamos a compor essa meta. Quando falamos de compostagem, nós temos atualmente seis pátios de compostagem do projeto Feiras e Jardins Sustentáveis, que fazem esse trabalho através da compostagem termofílica. A

REUNIÃO: 21428 DATA: 13/10/2025 FL: 26 DE 47

Vereadora Renata comentou que tem as composteiras. As composteiras são um método de vermicompostagem, e os pátios de compostagem utilizam a compostagem termofílica.

Tivemos também uma reunião recente com a Dra. Laura para falar sobre qual seria o nosso papel nesse processo de implantação de logística reversa e sobre quais seriam os tipos de resíduos que iríamos considerar nessa parte do plano. Por enquanto, estamos considerando que o PlanClima vai abranger o projeto Feiras e Jardins Sustentáveis, e vamos contribuir nessa questão da raspagem também, corroborando o que meu colega Felipe falou sobre a participação e a responsabilidade da SP Regula em fazer a gestão dos contratos de concessão que fazem a coleta seletiva. Então, essa é a nossa participação.

Se alguém tiver alguma dúvida, proposta ou sugestão, estamos abertos e ficamos aqui à disposição de vocês.

A SRA. PRESIDENTE (Renata Falzoni) - Muito obrigada, Luciana.

Com a a palavra a Sra. Fatima Cristina Abrão, da Secretaria Municipal de Educação.

A SRA. FATIMA CRISTINA ABRÃO - Bom dia a todos. Obrigada pelo convite.

Cumprimento a Vereadora Renata e a todos que estão aqui.

A participação da Secretaria de Educação no PlanClima acontece principalmente com ações formativas com os nossos estudantes e os profissionais de educação. A Secretaria tem, desde 2023, um currículo de Educação Ambiental que compõe o currículo da cidade, onde fomentamos a ampliação do contato dos estudantes com espaços verdes e a ampliação de um cardápio escolar sustentável nas escolas. E, enquanto professores, acreditamos na fundamental importância da discussão das mudanças climáticas dentro das escolas, com as crianças, com os demais estudantes, para que a gente tenha maior consistência para essas metas a longo prazo. É formando as crianças agora que a gente pode pensar que isso seja possível.

Trazendo um pouco para o mote aqui, desta audiência pública, nós temos os veículos do programa de Transporte Escolar Gratuito. Hoje a gente chega próximo a quatro mil veículos, rodando pela cidade diariamente, o dia todo, e com a Secretaria de Transporte temos a meta de pensar numa substituição de frota, ou alguma coisa possível, para a redução da emissão de

poluentes.

A Secretaria de Educação não trata especificamente de fiscalização ou definição do tipo de veículo que a gente vai utilizar no programa, mas participaremos com a Secretaria de Transporte para isso.

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Renata Falzoni) – Muito obrigada, Fatima.

Passo agora à apresentação do Gianluca Vergian, da SMS, por gentileza, que está junto, também tem o Luiz Paranhos, vocês são dois representantes da Secretaria, *on-line*. Vocês vão dividir, como é que vocês vão fazer? Ambos falarão? Então vocês dois fazem uma apresentação sequencial, está bom? Pelo que eu agradeço.

O SR. GIANLUCCA VERGIAN DALENOGARE – Eu deixo aberto para ele me complementar com alguma coisa.

Eu queria começar agradecendo o convite. Nós, da Saúde, valorizamos muito esses processos participativos, e quero começar introduzindo uma coisa que é importante para quem é de fora da saúde, mas que é um contexto importante: a relação entre meio ambiente e saúde, que é um tema caro para a saúde coletiva e não é algo novo. Foi um eixo estruturante da construção do SUS como política pública.

E eu digo isso porque os extremos climáticos, as mudanças climáticas que têm se tornado mais frequentes, têm gerado uma preocupação orgânica da nossa pasta, justamente porque a gente sabe que quanto mais se agravar as relações ambientais, mais vai se pressionar, mais isso vai estourar na saúde da população.

Vou mencionar alguns exemplos breves de ações da nossa pasta em relação ao meio ambiente e às mudanças climáticas. Começando pelo Vigiar, que é um programa de prevenção e de mitigação dos problemas respiratórios relacionados à baixa qualidade do ar. A gente pode mencionar o PAVS, o Programa de Ambientes Verdes e Saudáveis, que realiza ações socioambientais na atenção básica, são ações intersetoriais, que têm uma capilaridade e uma aceitação muito importante da população. Podemos mencionar projetos que visam

melhorias estruturais para os nossos hospitais no município, para aumentar a eficiência energética e a sustentabilidade dos nossos equipamentos. E podemos mencionar agora um projeto incipiente em que a gente tem investido, que é a criação de um plano de adaptação às mudanças climáticas, da Secretaria Municipal de Saúde, pois nos preocupamos muito com esse tema e queremos aumentar a resiliência do sistema de saúde como um todo.

Aproveito para divulgar que, duas semanas atrás, elaboramos e publicamos o Plano Municipal de Saúde. Foi um esforço que começou há um ano. Colocamos muito carinho nesse plano e, de forma inédita, o Plano Municipal de Saúde tem uma diretriz focada nas mudanças climáticas. Então, para quem quiser saber mais sobre as ações de Saúde em relação às mudanças climáticas, sobre como estamos nos posicionando e adaptando o nosso planejamento a esse cenário, por favor, vejam e divulguem o Plano Municipal de Saúde. Colocamos muito carinho nisso e queremos que a população tenha acesso.

A SRA. PRESIDENTE (Renata Falzoni) - Eu quero agradecer vocês, a SECLIMA e deixo aberto, se o Luiz quiser complementar, ótimo, agradeço por esse espaço.

O SR. LUIZ PARANHOS - Bom dia, Vereadora Renata Falzoni.

Só para complementar o Gian, na verdade, todas as ações que ele mencionou só reforçam o compromisso da Secretaria Municipal da Saúde com a adaptação para as mudanças climáticas e para tornar a Secretaria mais resiliente para lidar com essas alterações que estão cada vez mais frequentes.

A SRA. PRESIDENTE (Renata Falzoni) – Muitíssimo obrigada.

Informo que estão, de novo, encerradas as inscrições aqui para as pessoas falarem presencialmente, e já chamo o primeiro inscrito, que é Deni Gomes, da Frente Contra a Ampliação do Aterro Sanitário São Mateus, que conta com a minha total adesão.

O SR. DENI GOMES – Primeiramente, bom dia a todos e a todas. Obrigado, Frente Ambientalista, com a Renata Falzoni, Marina Bragante e Nabil Bonduki.

Primeira coisa: não ao Túnel Sena Madureira, não ao incinerador em São Mateus e não aos crimes ambientais e ao racismo ambiental que a Prefeitura de São Paulo está fazendo

REUNIÃO: 21428 DATA: 13/10/2025 FL: 29 DE 47

na cidade de São Paulo.

Quero alertar que a minuta da consulta pública, na página 14, está dispondo sobre a criação de construção de ecoparques. Pessoal, ecoparques mata árvores? É uma pergunta legítima que vocês têm que se questionar. Dia 20 de novembro, teve um debate para desmatar 10 mil árvores em São Mateus.

Do nada, em setembro, ou melhor, em agosto de 2025, foi para seis vezes mais, para 60 mil árvores. O que a Ecourbis quer fazer naquele terreno? Uma unidade de recuperação energética, vulgo incinerador de lixo. O que o incinerador de lixo solta na atmosfera? E eu questiono a Secretaria da Saúde, a Secretaria Municipal do Verde e Meio Ambiente que falem sobre isso.

A SP Regula, dentro do seu próprio YouTube, está mostrando, de fato, o que vai fazer de projetos naquela região. Também, na página 14, se fala sobre Perdizes, sobre a questão de uma construção. A gente está há mais de dez anos sem debater e as pessoas impõem um ecoparque, um incinerador de lixo. Cadê o debate anterior? Porque não foi debatido na próxima gestão? Porque é muito fácil você debater um tema tão sensível a toque de caixa. A gente tem a Ecourbis com 51% do lixo de São Paulo e que joga tudo em São Mateus. E a Loga, que é 49%, ou seja, um “bipólio” na outra região de São Paulo. Os verdadeiros catadores de lixo, ou catadores de resíduos sólidos, é o pessoal da Pimp My Carroça, Kombosa Seletiva, são os verdadeiros que reciclam em São Paulo. Não é a Ecourbis, não é a Loga.

A questão também da ciclovia é muito importante, porque na região de São Mateus, infelizmente, a Prefeitura não fiscaliza e não arruma a Marginal para que o pessoal de São Mateus tenha direito ao acesso à cidade.

Então Ricardo Nunes e companhia, aguardem, que vamos processar vocês pelos crimes ambientais e o racismo ambiental que vocês fizeram na cidade de São Paulo.

Muito obrigado, pessoal.

A SRA. PRESIDENTE (Renata Falzoni) – Muito obrigado, Deni.

Passo a palavra ao Sr. Ernesto, da SMSUB, que está *on-line*. E já deixo de alerta

REUNIÃO: 21428 DATA: 13/10/2025 FL: 30 DE 47

que, depois do próximo presencial, vai ser a vez da turma da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Trabalho, o Sr. Celso Gomes e a Livia Gontijo, está bom? Vocês serão os próximos, depois do próximo palestrante presencial.

É com você, Ernesto, está *on-line*. Se você puder abrir a sua câmara e o seu microfone, nós lhe agradecemos. (Pausa)

Bom, em não estando disponível, vamos manter, então, o Sr. Celso Gomes Casagrande, da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Trabalho, e a Sra. Livia Gontijo. Por gentileza, é com vocês. Três minutos para os dois, pelo que eu superagradeço a presença e o fato de estarem atentos aqui à nossa audiência pública.

Pode ser, então, Celso, você começa, por gentileza?

O SR. CELSO GOMES CASAGRANDE – Claro, obrigado, Vereadora.

Bom dia a todos os presentes, em nome da Secretaria.

Só quero deixar registrado que, junto às agências, temos diversas iniciativas, como o ramo do ADE Sampa, Acelerações, iniciativas dentro dos programas municipais, por exemplo, de artesanato, manualidades, iniciativas sustentáveis. Mas, aqui, eu vou frisar as duas principais que estão contidas no Plan, que é o Sampa + Rural. Então, eu acho importante, e nem todo mundo sabe, né, mais de um terço da cidade é composta por área rural. Então, o Sampa + Rural é um programa de apoio à agricultura familiar. Então, nessa Secretaria, a gente tem uma coordenadoria de agricultura, e o Sampa + Rural é o programa que atende a esses agricultores, desde o suporte ali no trator, na qualificação até incentivando os orgânicos. Então, levando, desenvolvimento econômico, participação em grandes feiras, enfim.

Ressalto, aqui, também, a importância do programa das hortas urbanas.

Hoje, já há 211 hortas urbanas, mais de mil hortas e equipamentos públicos. Então, é um programa de grande relevância para o município, principalmente trazendo, aqui, a cultura da horta para dentro da cidade, para os grandes centros urbanos.

E entrando no segundo programa, que é o SP Coopera, que é um programa voltado para as cooperativas. Sendo a cooperativa de qualquer natureza. Contudo, a gente tem um foco

muito grande em cooperativas de reciclagem. Desde há alguns anos já existe o programa socioambiental. Ele é vinculado à SP Regula. E, como já havia o SP Coopera nas secretarias, cooperativas de reciclagem da cidade de São Paulo, hoje, estão acomodadas aqui na nossa Secretaria. Então, há dois anos, houve uma ampliação de 50%, passando de 20 para 30 cooperativas habilitadas. Essas cooperativas recebem tanto apoio financeiro, quanto uma qualificação para a melhoria do seu negócio.

A gente busca incentivar a melhoria, a sustentabilidade econômica do negócio, a viabilidade econômica do negócio. Então, hoje, a gente conta com 29 cooperativas. Essas cooperativas também recebem o resíduo. Então, acho importante colocar aqui que é uma parceria com a SP Regula. Quando o caminhão da coleta seletiva passa pela cidade, que agora, me corrijam até se eu estiver errado, mas agora, para a totalidade do município, o primeiro desembarque desse resíduo, dessa coleta, passa pelas 29 cooperativas que são habilitadas conosco, todo esse resíduo vai para duas mega centrais, que também são pilotadas lá, em parceria, mas são pilotadas com cooperativas, mitigando, tentando trazer uma menor destinação para o aterro.

Então, acho que esses são os dois principais programas. O programa do SP Coopera é muito interessante, porque como depende de grandes recursos, porque a cooperativa paga aluguel, pagar IPI e tal, há uma previsão de ampliação. Essa ampliação não é simples, porque hoje, para você receber um valor econômico aqui, uma receita da Secretaria, você tem que ter toda a documentação. Então, um tempo atrás, a gente fez um processo de incubação com alguns coletivos e cooperativas que participaram, visando essa melhoria, da parte documental, de operação, para que elas tivessem condições de participar de um próximo edital. Então, lá atrás, a gente já tentou incentivar, melhorar a organização dos coletivos para, futuramente, prover essa ampliação que hoje consta no Plano de Metas e no PlanClima.

Então, acho que essa é a colaboração, mas a gente está super à disposição para o debate e o que for necessário. Agradeço a atenção e, mais uma vez, ficamos à disposição.

A SRA. PRESIDENTE (Renata Falzoni) – Superobrigada, Celso. Eu gostaria de

REUNIÃO: 21428 DATA: 13/10/2025 FL: 32 DE 47

saber se vai falar a Livia Gontijo, se ela vai fazer alguma complementação, ou se podemos chamar mais?

O SR. CELSO GOMES CASAGRANDE – Ah, não, a Livia está comigo aqui.

A SRA. PRESIDENTE (Renata Falzoni) – Então, está tudo *ok*, né? Eu agradeço muito o fato de vocês estarem, não só *on-line*, mas atentos.

Gostaria, então, de chamar o Sr. João Moreirão, do Conselho Participativo Municipal, para os seus três minutos, pelo que lhe agradeço, João.

O SR. JOÃO MOREIRÃO – Bom dia, Vereadora, autoridades e o público aqui. Eu gostaria de levantar uma questão. Estava me ocorrendo, tem aquela máxima, aquele alerta popular, que diz que o diabo mora nos detalhes. Eu acho que na questão aqui, o diabo mora nos projetos e na execução municipal. Porque, reparem bem, nós acabamos de ouvir a Siurb falar da importância dos planos de drenagem, da importância do meio ambiente, do clima, da emergência, mas quer fazer o túnel da Sena Madureira para piorar tudo. E tem outro caso, que eu vou trazer aqui.

Existe um piscinão com 59.028 metros quadrados, na Cachoeirinha, que tem margens altas e largas, já com uma parte arborizada, e que o Conselho Participativo, naquele recurso que o Prefeito disse que a gente podia usar, decidiu transformar num parque linear. Um parque alagável. Encheu, tudo bem. Desceu a água, secou, a população não tem direito ao parque. Pois na página 46 dos Cadernos de Drenagem, está lá o projeto de transformar esse piscinão do Guaraú, em piscinão *off line* de um outro córrego, que nunca enche, nunca extravasa, porque tem uma calha superdimensionada, em piscinão *off line*, com 59 mil metros quadrados de cimento. Isso são os projetos da Siurb. Eu diria até que no caso do cimento e da Siurb..., eles são usuários, é um negócio viciante. Precisa de tratamento. Porque falou em cimento, eles se comportam como um usuário em situação grave. É impressionante. Mas temos mais problemas.

Nós ouvimos aqui a Secretaria de Saúde sobre a importância do meio ambiente, e realmente, o meio ambiente é muito importante para a saúde. Só que tem uma questão que a própria Organização Mundial da Saúde já classificou como a segunda causa ambiental de

REUNIÃO: 21428 DATA: 13/10/2025 FL: 33 DE 47

doença: a poluição sonora. E o nosso Prefeito não para de fazer projeto para liberar os decibéis, para liberar a poluição sonora. Então, eu acho que esse é o grande problema.

Para encerrar, eu gostaria só de dizer, muito rapidinho, eu tenho várias questões que eu ia levantar, mas nós temos a Secretaria do Verde e do Meio Ambiente, que eu acho que está merecendo mudar de nome para a Secretaria contra o Verde e contra o Meio Ambiente. Porque, reparem bem, nós temos no PDE uma área, do lado da Ordem e Progresso, ali na Casa Verde, junto ao Rio, da Ponte do Limão, que é ZEPAM. Na Lei de Zoneamento, está mais da metade da área como ZEPAM. O Prefeito fez uma DUP para fazer parque, o tal parque onde era o Clube Matarazzo, e o Secretário falou que a DUP foi engano e liberou uma empresa de ônibus, em ZEPAM, uma ZDE2. Para transformar em ZDE2 e liberar uma empresa de ônibus, a Pássaro Marrom.

Inclusive, o próprio Termo de Compensação Ambiental original foi anulado pela própria Secretaria, porque eles não cumpriram o mínimo inicial sequer, não cumpriram nada. E a Secretaria, disse que a DUP foi um engano, não devia ter tido a DUP. O Secretário falou isso, não na minha presença, mas na presença inclusive de um Vereador desta Casa, seu assessor, e lideranças da região.

Então, eu acho que o plano, com os seus problemas, etc., mas é bastante positivo, só que é um plano para a gente ver, olhar, ir embora e a Prefeitura fazer tudo diferente. Esse é o problema. É aí que está a questão. Esta Casa tem o dever de obrigar a Prefeitura: Está aqui o plano, vamos discutir o plano, vamos melhorar”, agora obrigar que os seus projetos sejam de acordo com este plano. E não ter uma coisa no plano e fazer o oposto depois, no dia a dia.

Concluí, obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Renata Falzoni) – Muito obrigado, Sr. João.

Tento mais uma vez chamar o Sr. Ernesto, da Secretaria Municipal das Subprefeituras, *on-line*, um instantinho para colocá-lo no ar. Vou pedir para o senhor abrir a câmera, por gentileza. Eu havia recebido uma devolutiva dele, que estava com dificuldade de conexão. Ernesto, por gentileza. (Pausa) Bom, continuo tentando.

Volto a chamar a Sr. Neiko Fujita, que é uma munícipe que está presencialmente, e continuo tentando com o Sr. Ernesto. Pedirei para a Mesa mandar uma mensagem e me dar uma devolutiva, por gentileza.

É com você, Fujita.

A SRA. NEIKO FUJITA – Bom dia a todos, venho como cidadã. Vereadora, a senhora sabe que cego não anda de bicicleta. Não há nem como.

A SRA. PRESIDENTE (Renata Falzoni) – Você sabe que anda?

A SRA. NEIKO FUJITA – Mas vejo...

A SRA. PRESIDENTE (Renata Falzoni) – Existem casos.

A SRA. NEIKO FUJITA – É, existem casos de duplas. Mas queria fazer a seguinte sugestão: toda vez que pensarmos em melhorar a mobilidade urbana, pensarmos nos cegos. Porque houve uma reforma na Rua Kansas, em que reformaram em volta de um parque, e a calçada ficou linda e maravilhosa, mas não há pista tátil. E nas travessias de rua, há pista tátil. Então o cego atravessa a rua e, depois, anda por onde?

Fiz essa solicitação – foi para a sua assessora – porque, em frente à pista tátil de travessia, brotava uma mangueira sem aviso nenhum. Essa mangueira servia para molhar o cimento para fazer a concretagem da calçada. Então, o cego, sem aviso, atravessa a rua e tropeça na mangueira. Cai em um bueiro, cai em um fosso. Há várias travessias com pista tátil, mas, depois, não há o que ele possa fazer e não há um aviso de que há uma banca de jornal ou um poste.

O engenheiro que fez a pista tátil deveria ter tomado o cuidado de traçar uma reta do começo da rua até o final do quarteirão. Uma reta, por quê? Lá perto da minha casa, o cego tem que desviar do poste, desviar disso, e fica andando em zigue-zague. É uma vergonha ver um cidadão, que tem direito à mobilidade, andando em zigue-zague em uma calçada – ampla, mas a qual o engenheiro ou alguém – o pedreiro, sei lá – fez a pista tátil em zigue-zague.

Acho isso uma vergonha. Gostaria de fazer essa reclamação e pedir que isso fosse levado a sério, porque sou voluntária com alunos cegos e sei o quanto eles sofrem para chegar

aos pontos. Eu era voluntária na piscina do Centro Municipal do Ibirapuera e o porteiro fazia assim para o cego (gesticula com as mãos), para ele entrar pelo estacionamento.

Então, falta muita informação sobre o cego na cidade de São Paulo. Muito obrigada.

(Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Renata Falzoni) – Muitíssimo obrigada. A última pessoa inscrita, hoje, presencialmente, é o Sr. Olímpio Alvares, da Associação Nacional de Transportes Públicos, a ANTP. Agradeço muito a sua presença e a sua vinda aqui.

O SR. OLÍMPIO ALVARES – Bom dia, Vereadora. É um prazer estar aqui com vocês, com os colegas. Participo do Comitê de Mudança do Clima da Prefeitura e do Comitê de Substituição de Frota, o COMFROTA. Participei, também, do grupo de trabalho da revisão do PlanClima.

Há cinco itens que gostaria de registrar, mas não vou me alongar em cada um deles, senão precisaria de muito mais tempo. Mas só para deixar registrado, farei isso por escrito, essa sugestão de complemento ao plano de revisão de mudança do clima e passarei para a SECLIMA.

O primeiro item são os corredores. São itens que nós, como ANTP, entendemos que são absolutamente fundamentais e essenciais para serem enfatizados ou incluídos, os que ainda não o foram. Os corredores já estão incluídos, mas entendemos que o item mais importante desse plano na área da mobilidade é a expansão drástica e radical da quantidade dos corredores de ônibus, porque é a única forma de mitigar essa situação impraticável que existe em São Paulo, que é o trânsito absolutamente parado.

A segunda sugestão, que ainda não foi discutida, é a criação de um mecanismo para a indução do uso de etanol nos veículos *flex*, porque uma porcentagem muito grande – depende do preço relativo – utiliza gasolina. Há uma quantidade muito grande de uso de gasolina em vez de etanol nos veículos *flex*. Então isso demanda um mecanismo para induzir o proprietário de veículo *flex* a usar etanol, o que é fundamental para a mudança do clima, porque são milhões de veículos *flex* que estão circulando na cidade.

A terceira sugestão é a inspeção técnica veicular, que já houve em São Paulo, e foi

cancelada de forma drástica, errônea e indevida. Precisa voltar, porque ajuda a reduzir 5% da emissão de gases de efeito estufa da frota circulante. Cinco por cento é uma quantidade absurda, muito maior do que toda – já concluirei, apenas citarei os itens, não me alongarei – solicitaremos que se volte a falar da inspeção veicular e que a implementem de volta em São Paulo como uma medida essencial para a redução de gases de efeito estufa, mais essencial do que todas as outras medidas de mobilidade juntas para reduzir as emissões.

A diversificação energética não se resume a ônibus elétrico; há uma gama de soluções energéticas e de combustíveis que podem ser usadas para que haja uma redução drástica das emissões de gases de efeito estufa. Fala-se apenas em ônibus elétrico, mas existem outras alternativas também.

A última sugestão é que a Lei 16802 seja ajustada para ser adequada aos outros nichos previstos na lei, que são os ônibus de fretamento, os veículos de transporte escolar, os veículos de carga e os intermunicipais, que ainda não têm um plano definido. Isso tem que ser incluído de forma decisiva, talvez com um ajuste na lei, porque a arquitetura dela não foi feita para esses nichos, apenas para os ônibus e para os caminhões de lixo.

Obrigado. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Renata Falzoni) – Muito obrigada.

Bom, resumirei os pontos e pedirei para que as Secretarias, principalmente SMT, SEMTRA, SVMA, Secretaria da Saúde, SP Regula, Siurb e SMSUB, respondam-nos.

Há uma dissonância muito grande entre o PlanClima e as ações da Prefeitura. Exemplos não faltam, mas poderia apontar o túnel Sena Madureira, que está entornado; a poluição sonora; o piscinão do Guaraú; a extensão da Marginal; novos túneis; e por aí vai.

Há falta de metas para bicicletas e pedestres, além de problemas nas ciclovias de São Mateus. O próprio incinerador de São Mateus prevê a remoção de 60 mil árvores, sendo que, antes, a previsão era, terrivelmente, de dez mil árvores. Quer dizer que, quando a Prefeitura entra para melhorar, aumenta-se o número de abate de árvores?

Como incluir pessoas com deficiência visual ou de mobilidade no plano e nas

calçadas? Devemos fazer um recorte muito importante em relação aos cegos.

Expansão dos corredores de ônibus: onde está?

Como incentivar o uso de etanol nos veículos *flex*? Como retomar a inspeção veicular e dissociá-la da ideia de que é um plano para ganhar dinheiro, e não para pensar no meio ambiente? O próprio rodízio da cidade de São Paulo, sempre nos esquecemos de que ele nasce como algo para combater a poluição do ar e que, depois, teve uma externalidade positiva, que foi o combate ao congestionamento; mas hoje, só se fala em rodízio quando se pensa no congestionamento e jamais se associa à questão da poluição do ar.

Qual é o plano para os outros veículos que ainda não estão sendo contemplados para zerar as emissões?

Outra coisa muito importante que foi apontada é que, além das ciclovias, a Secretaria Municipal de Trânsito e Transporte tem papel fundamental na migração modal, considerando medidas de restrição ao uso do automóvel na cidade, mas não há metas nessa linha. Então se fala em migração modal, mas não se propõe a mudar; fala-se em migração energética e sempre se aponta o outro como responsável e nunca quem está gerindo.

Vejamos se há mais alguma coisa pontuada pela minha equipe. Bom, em relação a tudo isso que falei, gostaria de ver, em uma ordem que está sendo compilada pela minha assessora, as Secretarias darem a sua devolutiva por um minuto cada uma. Quem se inscreve? Quem quer começar a falar?

Laura Ceneviva, pode começar a falar. Dou-lhe dois minutos, pode ser? Porque já estamos nos “finalmentes”. Laura Ceneviva, da Secretaria do Verde e Meio Ambiente.

A SRA. LAURA LÚCIA VIEIRA CENEVIVA – Anotei alguns pontos; não anotei todos.

Primeiro, o descompasso entre o plano e as ações. Coordenei a elaboração do plano, então choro por isso. Ao mesmo tempo, é necessário reconhecer que ninguém é Prefeito de São Paulo sem uma enorme coligação de forças. E essas forças podem ser antagônicas. Por isso, é importante o acompanhamento do Parlamento, por exemplo, que delibera o Plano Diretor, que delibera a Lei de Zoneamento, *etc.*

Portanto, esse descompasso, embora seja indesejável, reconhecemos que ocorre. Há interesses em jogo, e o plano tem que encontrar os interesses. Ele tem que mostrar onde os interesses podem estar atuando contra os interesses da sociedade e contra um estado de coisas novo, que é o que a mudança do clima traz.

Com relação ao incinerador, é algo que tem que ser debatido no âmbito da rediscussão do PGRS, que está em curso. É fundamental. Pelo menos, a derrubada da mata, aparentemente, está segura por decisão judicial.

A inclusão de deficientes, a questão das calçadas, além de uma questão de gestão de circulação, tem uma relevância muito grande do ponto de vista de eventos extremos climáticos. O deficiente é prejudicado porque a coisa está acontecendo, e ele pode não estar vendo ou ouvindo. Enfim, é uma inclusão que vai muito além, por exemplo, da gestão da circulação na cidade.

A questão da expansão dos corredores de ônibus, que a Vereadora Renata mencionou, é também fundamental. Está no texto do PlanClima, mas chamo a atenção para a questão da localização das atividades que criam demandas por serviços de transporte. Até falei disso no começo, e o PlanClima prevê aquilo que chamamos de ação de embaixada: a Prefeitura não é dona da Vivo, da Oi, da Claro, enfim, desses provedores; mas ela pode agir em cima desses agentes econômicos como uma embaixadora do interesse dos municípios. Portanto, essas coisas têm que mudar no nosso município para diminuir a demanda por serviços de transporte.

A expansão dos corredores, já falei.

Já a I/M (*Inspection/Maintenance*) é poluição local. O aquecimento global e a mudança do clima são poluição global. São coisas diferentes, embora um ou outro gás coincidam. Para a questão do município de São Paulo, foram muito bons os resultados colhidos. Seria muito oportuno que o I/M voltasse para melhorar, também, os serviços de saúde.

A migração modal é a parte mais importante no caso dos serviços de transporte, mas é afetada pela localização das atividades. Então temos que pensar nisso, na espacialização

delas.

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Renata Falzoni) – Obrigada, Laura. Agora, com a palavra, Luciana Feldman, da Secretaria do Clima.

A SRA. LUCIANA FELDMAN – Bom, a Secretaria de Mudanças Climáticas é uma secretaria de articulação, que conversa com as demais Secretarias e tenta incluir essas políticas públicas em cada uma delas.

É importante levantar que fizemos quatro relatórios, no Plano de Ação Climática, sobre o cumprimento dessas metas e ações. No último relatório, publicado no *site* da SECLIMA, 86% das ações estão em andamento.

Levando-se em consideração que estamos falando a curto, médio e longo prazo, essas ações estão cumprindo o seu percurso e respondendo ao que está no Plano de Ação Climática.

Podemos não concordar com tudo, pois como a Laura disse, há interesses diversos; mas, de alguma forma, temos feito a fiscalização e o plano tem sido cumprido.

Às vezes, ocorrem algumas coisas, como em São Mateus, em que se diz: “Vão tirar não sei quantas árvores e tal”. Acho que a própria sociedade é muito importante nessa conversa. Vejam o Instituto Butantan: um número enorme de árvores ia ser tirado, mas foi conversado. Chegou-se a um número ideal? Não sei, mas reduziu muito o número de árvores que seriam cortadas.

Sou uma pessoa que, todo sábado, estou plantando. Todo sábado. Quem vê minha rede social me vê plantando em todos os cantos da cidade. Para mim, a árvore é fundamental, mas também é importante vermos que precisamos dar uma destinação para os resíduos.

Quando você fala da incineração, também não concordo com ela. Acho que a incineração é o último recurso, para quando não há mais o que fazer. Aí sim, deve haver a incineração; mas é preciso haver todo o outro processo, e a Prefeitura está, sim, investindo nas cooperativas e em tudo mais.

O nosso Secretário sempre diz que o grande herói da questão dos resíduos é o catador, é a pessoa que está lá na ponta, na cooperativa, e está fazendo. Então, pode não estar 100%, mas está sendo trabalhado.

Com relação ao idoso e à pessoa com deficiência, acho que são as pessoas mais atingidas pelas mudanças climáticas. Na própria SECLIMA, temos muito o idoso como um parâmetro, porque o que é bom para o idoso acaba sendo bom para todo mundo. Então é um parâmetro para pensar as políticas públicas de mudanças climáticas da cidade.

Não está incluída a Secretaria da Pessoa com Deficiência nesta revisão – até falei no começo, e depois estava falando com a Ludmila pelo WhatsApp –, mas a incluiremos. Eu havia pedido, mas acho que acabou passando. Incluiremos a Pessoa com Deficiência, pois acho muito importante constar no plano, para que tenhamos metas e ações também para essa população. Direitos Humanos já está no plano, e pensaremos, também, de que forma podemos incluí-la de uma forma um pouco mais forte, mas é fundamental que essas Secretarias estejam no plano. Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Renata Falzoni) – Muito obrigada, Luciana. Passarei para o *online* e já dou um toque para quem está no *online* para enviar mensagem, se inscrevendo.

O primeiro inscrito para falar *online* é o Sr. João Bonet, da SMT.

O SR. JOÃO VITOR BONET – Oi, pessoal, novamente. Muito rapidamente, estamos tomando nota de todas as sugestões e contribuições.

Acredito que faça parte do processo programado pela SECLIMA – está sendo coordenado pela SECLIMA – recebermos essas contribuições também de maneira formal, como alguns de vocês comentaram, e analisaremos tudo isso.

Esperamos, com esse retorno, uma análise ainda mais atenta e, também, continuar esse debate, essa discussão com vocês em outros âmbitos. Acho que isso é possível e seria muito bom para as áreas técnicas, principalmente para refinarmos e elaborarmos melhor, debatermos e ajustarmos todos os pontos que estão sendo expostos e que são muito importantes. Na verdade, são fundamentais para refinarmos mesmo uma proposta que reflita

REUNIÃO: 21428 DATA: 13/10/2025 FL: 41 DE 47

todos os anseios populares como já foi mencionado; mas que também seja tecnicamente muito precisa e exequível. A ideia é tornar o plano o mais efetivo possível em seus objetivos.

Mais uma vez, estamos à disposição e, basicamente, reafirmo ser muito importante e fundamental toda essa interlocução, sendo que todas as notas que tomamos são significativas e todas essas propostas serão analisadas.

Ficamos à disposição para continuar e refinar ainda mais esse debate e essa proposta, junto com a coordenação que está sendo feita pela SECLIMA. Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Renata Falzoni) - Muito obrigada. Passo a palavra agora para o senhor Felipe Lara, da Secretaria Municipal de Trânsito. Por gentileza, dois minutos para uma conclusão sobre as provocações.

O SR. FELIPE LARA VOGEL - Bom, pessoal, queria comentar três pontos. Quanto às metas, a Secretaria possui a meta - e se comprometeu no PdM – de fazer os 233 quilômetros de ciclovias. Portanto, já estamos considerando o contrato de concessão que pretendemos lançar no começo do ano que vem.

Além disso, queremos planejar e consolidar, aliás, já temos praticamente planejado até os 1,8 mil quilômetros. Então, além de construir uma malha de mil quilômetros até o fim desse PdM, queremos entregar também 1,8 mil planejados e consolidados, os quais passarão por audiência pública e cujos projetos poderiam ser utilizados para serem realizados até o final desse PdM.

A SRA. PRESIDENTE (Renata Falzoni) – Até quando?

O SR. FELIPE LARA VOGEL – Até o final desse PdM, em 2028. Então, seriam mil quilômetros feitos e mais 1,8 mil consolidados e isso é importante por quê? Porque não é só a Secretaria que pode fazer essas estruturas cicloviárias. Queremos também que as outras secretarias que estão fazendo obras, por exemplo, que estejam executando alguma intervenção, seja a SMUL ou a SP Obras, ao construir uma ponte, por exemplo, já tenham, pelo menos, o traçado que passou por audiência pública, digo, se possível, um projeto funcional, no mínimo, para que isso aconteça de forma mais rápida. São questões urgentes e gostaria também que as

REUNIÃO: 21428 DATA: 13/10/2025 FL: 42 DE 47

metas avançassem de forma muito mais rápida.

Às vezes olhamos para a SMT e pensamos que esta Secretaria possui o terceiro maior orçamento da cidade, porém uma boa parte dele é para subsídio, então, quando se diminui isso, percebemos que há muito a se fazer com o valor restante, que já não é o valor primeiro. Portanto, o que mais queremos é implementar essa mentalidade, ou seja, para que as outras secretarias também, quando forem direcionar suas verbas para uma intervenção no viário, que olhem e não se esqueçam de uma possível ciclovia, uma calçada bem-feita.

Acho que é isso que temos de fazer, claro utilizando os nossos recursos, os nossos projetos, mas também, sempre que possível, incomodar as outras secretarias para que se lembrem da mobilidade ativa. É isso que estamos tentando fazer também.

A SRA. PRESIDENTE (Renata Falzoni) - Obrigada, Felipe. Farei uma pergunta, quebrando um pouco o protocolo. Quando os senhores falam que, até 2028, teremos 1,8 mil quilômetros de ciclovias, o senhor percebe que promete mais que o dobro do que já temos? Então isso seria possível nesta gestão? Seria isso exequível?

Estou pressionando até para lhe dar o benefício da dúvida para, talvez, o senhor reajustar esses números, porque nós temos hoje 800 quilômetros – menos do que isso – porém o senhor está falando em construir em dois ou três anos mais mil? É isso?

O SR. FELIPE LARA VOGEL - Na verdade, seria o planejado. Construir mesmo, a estrutura na rua, seriam os mil quilômetros. Atualmente, temos quase 780 e, com esses 233 conseguimos chegaremos nos mil quilômetros. Portanto, construídos na rua mesmo seriam, entre ciclofaixas, ciclovias e calçadas compartilhadas, os mil quilômetros. Agora, já proposto com projetos, ainda a serem entregues à CET para analisar no sentido da população verificar se aceita ou não, se querem naquele local ou não, são esses 1,8 mil quilômetros, é uma rede a consolidar.

Então, é ter isso até 2028 para que, se em algum momento, até lá, alguma outra Secretaria, ou a própria SMT, ou quem quer que seja, for construir uma estrutura, estará ciente de que já existe um projeto para aquele local, aquela rua. Ou seja, que já existe um projeto que

REUNIÃO: 21428 DATA: 13/10/2025 FL: 43 DE 47

complemente a obra e, portanto, possa tirar do papel mais rápido.

É importante ter diferenciado isso, Sra. Presidente, muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Renata Falzoni) – Obrigada. Agradeço muito, Felipe, é exatamente para não haver confusões na nossa dimensão.

O próximo palestrante é Marco Aurélio, da Sehab.

Antes, gostaria de fazer uma provocação para a Luciana Artilheiro, da SELIMPE, que nos mandou um arquivo, porém, não conseguimos abrir. Então, de repente, se ela desejar fazer uma articulação final, agradecemos. Luciana, por gentileza, mande uma mensagem para que possamos chamá-la *on-line*.

Passo a palavra para Marco Aurélio, da Secretaria de Habitação.

O SR. MARCO AURÉLIO LESSA VILLELA - Agradeço. Nossa Secretaria não recebeu nenhuma provocação neste momento, mas aproveito a oportunidade para trazer um assunto que já discutimos no Comitê de Mudanças Climáticas.

Quando falamos em mobilidade ativa, falamos em pedestres e ciclistas, como foi mencionado, e incluo-me em ambos.

Sentimos muita falta de arborização na cidade. É um desafio que já discutimos anteriormente, porque, vejam, as calçadas são de responsabilidade dos proprietários por uma lei municipal, e, portanto, um ponto a ser rediscutido na Câmara. Ou seja, poderíamos rever como essa responsabilidade, claro, pensando em como seria, por exemplo, no caso de voltar ao domínio da Prefeitura, poderia, de alguma forma, incorporar-se ao IPTU, afinal também é preciso prever como arcar com esse custo adicional. Pode ser compensado também, às vezes, pela economia de escala que temos e pela possibilidade de padronizar melhor as calçadas. E, portanto, pensar essa arborização. Temos um plano municipal de arborização bem interessante, que também é um desafio conseguir colocá-lo em prática como deveria.

Aliás, existem muitas ideias interessantes, inclusive a possibilidade de fazer *parklets* para árvores onde a calçada não permite, ou seja, eliminar uma vaga de veículo, assim como se faz para os bares. Eventualmente, são ideias possíveis.

Já trabalhei na Secretaria das Subprefeituras antes e percebi que os próprios técnicos responsáveis se sentiam incomodados e comentavam que era um serviço de luxo, pois só era executado pelas subprefeituras apenas nas áreas mais valorizadas, onde gastávamos o nosso orçamento. Era um serviço não distribuído para todo o município porque, de fato, não há cobertura florestal na cidade como um todo, o que impacta nesse tipo de mobilidade ativa.

A SRA. PRESIDENTE (Renata Falzoni) - Bom, Marco, em relação a isso, temos um projeto de lei para o qual peço muito o apoio de vocês, que é o Vaga Verde, que pretende, justamente, retirar os espaços urbanos para vagas de automóveis e transformá-los em uma área verde permeável, sempre lembrando que estacionar o carro na rua não é um direito constitucional e, sim, é um privilégio de quem tem automóvel.

Além disso, a Sehab é essencial para reduzir as distâncias: as pessoas devem morar mais perto de seus trabalhos, como muito bem apontado pela Laura Ceneviva, quando menciona a dificuldade da migração modal. Essa dificuldade pode ser resolvida justamente quando se está mais próximo dos deslocamentos, combinando, assim, a mobilidade ativa com o transporte coletivo. Temos de trazer as moradias para o Centro, por exemplo.

Vemos, inclusive, a questão da Habitação de Interesse Social, que é uma política pública fundamental e uma chave para a ligação modal e mitigação das emissões, mas que, na hora da venda do imóvel apresenta certos obstáculos, que até estão sendo investigados em CPI, na Câmara Municipal

Então, por gentileza, sinta-se, sim, provocado, pois é fundamental mudarmos a forma como a cidade é ocupada e o porquê de a população se deslocar por 40 quilômetros para trabalhar, enquanto poderia ter emprego perto de sua moradia. Vale ressaltar que temos uma quantidade estonteante de imóveis, no Centro, que não são ocupados com moradias.

Quer dar uma resposta, ou posso chamar a próxima? (Pausa)

O SR. MARCO AURÉLIO LESSA VILLELA – Devo reconhecer que é um desafio que temos de enfrentar mesmo. V.Exa. tem razão. Existem propostas de *retrofit*, mas são insuficientes para dar conta disso. De fato, temos de retomar a atuação do PEUC. É importante

REUNIÃO: 21428 DATA: 13/10/2025 FL: 45 DE 47

impulsionar o uso das áreas centrais.

Aliás, o uso dessas áreas não se limita só à habitação, mas é, realmente, um instrumento superimportante e, a partir daí avaliar a questão da destinação do orçamento para a provisão na área central. Devo lembrar que temos outras modalidades em que temos de atuar como, por exemplo, a situação de muitas pessoas que residem em cortiços na região central e, para as quais, temos como melhorar essa condição de moradia. Esses moradores se locomovem a pé, principalmente, demonstrando uma outra realidade. E, nesse sentido que V.Exa. expôs, tem toda a razão.

A SRA. PRESIDENTE (Renata Falzoni) - Muito obrigada. Conto com o apoio de todos vocês na promulgação do meu projeto, que vire a Lei do Vaga Verde, que vem somar, embora bem transversal.

A Luciana Artilheiro se pronunciou e falará agora por dois minutos. Com a palavra, Luciana. Antes, porém, peço que aguarde um pouquinho, nossa equipe vai colocá-la em vídeo também, com condições de visualizar o seu rosto. Por favor, obrigada. (Pausa)

Depois da Luciana, vou chamar o Rafael Alexandre, da Siurb. (Pausa) Pronto. A palavra está contigo, Luciana, para suas conclusões.

A SRA. LUCIANA ARTILHEIRO – Só para registrar que um dos temas questionados foi sobre os PGSs. Então foi mencionado que não teve a revisão dos PGSs, mas, esse documento, essa legislação é de 2014 e sabemos que, de fato, o contexto de 2014 é muito diferente do atual, de 2025. Então, para deixar registrado, é que sim, esse documento está sendo revisado. Já realizamos, inclusive, oficinas participativas abertas à população no sentido de que trouxessem sujas propostas de acordo com as regiões.

Essas oficinas acontecerão de 18 de agosto até 22 de agosto. A metodologia delas foi divulgada, utilizamos a Matriz SWOT. Digo, em uma delas, o método usado foi a Matriz SWOT, para identificarmos as forças e as fraquezas, bem como as oportunidades e ameaças, e o *link* que a senhora comentou não ter conseguido abrir é porque era uma publicação do Instagram. Então, mandei novamente a notícia na íntegra, retirada do próprio *site* da Prefeitura, onde vocês

REUNIÃO: 21428 DATA: 13/10/2025 FL: 46 DE 47

podem também acessar o documento. É a página oficial, onde está essa notícia que fala sobre as oficinas e também onde se observa o próprio PGS como um documento proposto.

Mais uma vez, então, só para deixar registrado que sim, pois entendemos que é importante essa reformulação não só do PlanClima, mas também do Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos.

Aproveitei para deixar no *chat*, se quiserem consultar num segundo momento, fica também à disposição de todos.

A SRA. PRESIDENTE (Renata Falzoni) – Obrigada. Muito obrigada mesmo, Luciana. E, neste momento, passo a palavra para Rafael Alexandre, da Siurb. Só peço um instante, por favor, para compartilhar sua imagem e áudio. (Pausa) Pronto. Por favor, dois minutos.

O SR. RAFAEL ALEXANDRE DO NASCIMENTO PURIFICAÇÃO - Obrigado, Vereadora Presidente Renata Falzoni.

A nossa Secretaria, por meio do Secretário Marcos Monteiro, é entusiasta da revisão do Plano de Ação Climática. Inclusive, estamos publicando, este ano, o Plano de Sustentabilidade que é inédito da Secretaria. Ele determina nossas diretrizes e, entre elas, o Manual de Sustentabilidade em Edificações Públicas, o Plano de Gestão Ambiental que define, como premissa para a execução de obras por Siurb e SP Obras, o licenciamento ambiental e os termos de compromisso ambiental, bem como a autorização para áreas paradas e contaminadas, e também o Plano de Controle Ambiental, que vem implantar programas ambientais pela supervisão da Siurb.

Em relação à provocação referente às obras de macrodrenagens que acreditamos ser fundamentais para a mitigação das áreas de alagamento, quero dizer que são feitos, na nossa Secretaria, estudos aprofundados, por meio do corpo técnico e também por meio da parceria com a Fundação Centro-Tecnológico e Hidráulica – FCTH, da USP. Para esclarecimentos a respeito, estamos abertos aos munícipes e ficamos à disposição para as pessoas que busquem detalhes ou esclarecimentos mais profundos. Podem fazer uma visita à

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

fls. 48

REUNIÃO: 21428 DATA: 13/10/2025 FL: 47 DE 47

Secretaria. Estamos de braços abertos para explicar melhor as opções e os projetos de macrodrenagem elaborados pela Siurb.

Agradecemos pela oportunidade. Vereadora Renata Falzoni. Gratos a todos.

A SRA. PRESIDENTE (Renata Falzoni) - Agradecemos a sua presença e também por ter ficado até o final para suas considerações.

Pergunto à minha equipe se posso finalizar? (Pausa) Está tudo sob controle? (Pausa) Laura? Por favor.

A SRA. LAURA LÚCIA VIERA CENEVIVA - Só para um informe, Presidente, também eu não sabia. Hoje, 13 de outubro é o Dia Internacional da Redução do Risco de Desastres. E, na verdade, a questão dos desastres está estreitamente ligada à mudança do clima. Portanto, é megaoportuno estarmos, neste momento, discutindo tudo isso.

A SRA. PRESIDENTE (Renata Falzoni) – Sim, muito importante, além do que todo dia é dia de evitar desastres, correto? E nós, mulheres, temos mesmo muito foco em relação a isso. Obrigada.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrados os nossos trabalhos de hoje. Desejo a todos um excelente dia, excelente semana e um alerta: movam-se com cuidado nesta cidade.

Agradeço a todos e a todas.